



[Assistir no Youtube.](#)

Iniciativas que tem contribuído para o aperfeiçoamento das decisões judiciais em conflitos envolvendo a saúde pública e suplementar serão destacadas na [18ª edição do Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário](#), que ocorre nesta quarta-feira (27/11), a partir das 16h. O evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em formato virtual na [Plataforma Cisco Webex](#), terá transmissão ao vivo no [//www.youtube.com/@cnj](https://www.youtube.com/@cnj)">canal do CNJ no YouTube.

A abertura da programação contará com a participação da conselheira do CNJ Daiane Nogueira de Lira, que é supervisora do Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário (Fonajus). As apresentações das quatro práticas selecionadas serão mediadas pelo secretário-executivo do Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário, Clênio Schulze.

Na ocasião, serão apresentados quatro projetos inseridos no [Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário](#), no Eixo Saúde. Dois deles foram desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Trata-se do Urca Saúde e do Cejusc Saúde.

O primeiro é a abreviatura para Unidade Remota de Cumprimento e Apoio especializada em Saúde Pública. O trabalho consiste em proporcionar assessoria remota para elaboração de minutas em demandas de saúde pública. A Urca consulta a diversos sistemas para encontrar a solução mais adequada para cada caso, dando celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, diminuindo a sobrecarga de trabalho da unidade judiciária e evitando a judicialização de ações que podem ser atendidas administrativamente.

Já o Cejusc-Saúde abrange todas as comarcas do estado gaúcho, atuando tanto em processos em curso quanto na etapa pré-processual. A iniciativa utiliza plataforma digital para realizar mediações e solucionar conflitos relacionados à prestação de serviços de saúde, tratamentos especializados,

fornecimento de órteses, próteses e medicamentos. A abordagem inovadora proporciona soluções consensuais, reduzindo custos e tempos de resolução.

Parâmetros

Outra boa prática que será detalhada é o Painel da Saúde Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). A ferramenta de Business Intelligence (BI) permite categorizar o acervo de acordo com parâmetros como o tipo de tecnologia de saúde pleiteada e a moléstia informada pelo paciente. Os diversos cruzamentos e pesquisas possibilitadas pelo painel auxiliam as unidades judiciais e administrativas do TRF-2 no monitoramento dos processos para a tomada de decisão.

Por fim, o Manual da Desjudicialização de Saúde do Ceará foi elaborado pela Corte estadual devido à necessidade de gerar conhecimento para desenvolvimento de melhorias nas práticas adotadas no âmbito da judicialização da saúde e para diminuir o índice de judicialização no âmbito da saúde pública estadual.

O conteúdo contribui para subsidiar magistrados, gestores da saúde, profissionais das diversas áreas de atuação no Direito sobre o funcionamento da Saúde, abordando temas como: Gestão da Assistência Farmacêutica no SUS, Oncologia, Regulação do acesso à saúde no SUS, Saúde Mental no Ceará e Programas Estratégicos da Saúde do Estado e do Município de Fortaleza.

A 18.ª edição da ação é voltada a magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário. O objetivo é detalhar algumas das iniciativas desenvolvidas por tribunais no Portal CNJ de Boas Práticas, ampliando sua divulgação e permitindo o esclarecimento de dúvidas dos participantes do evento.

Fonte: CNJ, em 26.11.2024